# Contexto operacional

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiasgás (“Companhia”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 09 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A Companhia tem a concessão para exploração, distribuição e comercialização de gás canalizado no estado de Goiás até 22 de janeiro de 2055, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Para que a sua operação seja similar à de outras companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural, por Gás Natural Liquefeito – GNL ou Gás Natural Comprimido - GNC. Até que o projeto seja concluído, os acionistas vêm provendo os recursos necessários para a manutenção da operação.

A Goiasgás está envidando todos os esforços possíveis para retomar as atividades de distribuição de gás natural canalizado para o Estado de Goiás. Os acionistas controladores garantem o suporte financeiro à Companhia até a retomada de suas operações.

# Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária vigente, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes.

A emissão das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada, pela Diretoria Executiva da Companhia, em 13 de fevereiro de 2025.

# Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir:

1. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

1. **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de Balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e arrendadores.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

1. **Tributos**

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do “Lucro Real”. Tendo em vista a apresentação de prejuízo nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu, nesses períodos, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

1. **Intangível**

Compreende, na sua grande maioria, o direito de uso da infraestrutura construída pela Companhia na condição de Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como NBC TG 04 (R4), assim como em observância à ICPC 01(R1) e à OCPC 05 - Contratos de Concessão.

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão, de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.

1. **Operações de arrendamentos – CPC 06 (R2)**

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia possui contrato de arrendamento do imóvel relativo à sala comercial onde está instalada a sua sede. Esse contrato atende ao escopo estabelecido pela NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovou o CPC 06 (R2). Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e do passivo de arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

1. **Outros ativos e passivos circulantes ou não circulantes**

Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

1. **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

1. **Uso de estimativas**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são citadas a seguir:

* Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
* Provisões para contingências.

# Caixa e equivalentes de caixa

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |
| Caixa e bancos |  | 1 |  | 1 |
| Aplicações financeiras |  | 401 |  | 324 |
| **Total** |  | **402** |  | **325** |

As aplicações financeiras têm seus rendimentos correspondido a aproximadamente 97% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) e são classificadas pela Administração da Companhia como “caixa e equivalentes de caixa”, por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

# Tributos a recuperar

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | **2024** | **2023** |
| Impostos Retido na Fonte – IRRF | 24 | 24 |
| **Total** | **24** | **24** |

# Ativo de direito de uso

O contrato elegível pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia. Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelo passivo de arrendamento, conforme segue:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Saldos em 31/12/2023** | **Adições** | **Saldos em 31/12/2024** |
| Direito de uso de imóveis | 251 | - | **251** |
| (-) Amortização | (162) | (47) | **(209)** |
| **Total líquido** | **89** | **(47)** | **42** |

# Imobilizado

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa anual de** | **Saldos em** |  |  | **Saldos em** |
| **Descrição** | **depreciação** | **31/12/2023** | **Adições** | **Baixa** | **31/12/2024** |
| **Custo** |  |  |  |  |  |
| Móveis e utensílios  | 10% | 15 | - | - | **15** |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 16 | 3 | - | **19** |
| Computadores  | 20% | 23 | 4 | - | **27** |
| **Total do custo** |  | **54** | 7 | - | **61** |
|  |  |  |  |  |  |
| Depreciação acumulada |  | (29) | (5) | - | (34) |
| **Total do imobilizado** |  | **25** | **2** | **-** | **27** |

# Intangível

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa anual de** | **Saldos em** |  |  | **Saldos em** |
| **Descrição** | **amortização** | **31/12/2023** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2024** |
| **Custo** |  |  |  |  |  |
| Concessão | 7,29% | 90 | - | (3) | **87** |
| Desenvolvimento de projetos |  | 23 | - | - | **23** |
| **Total do custo** |  | 113 | - | (3) | **110** |
|  |  |  |  |  |  |
| Amortização acumulada |  | (40) | (6) | 2 | (44) |
| **Total do intangível** |  | **73** | **(6)** | **(1)** | **66** |

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado, celebrado em 12 de setembro de 2001, entre o Estado de Goiás (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, em que:

* O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
* Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização;
* O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa estabelecido no Contrato de Concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores, com o objetivo de refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, abrangendo o ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infraestrutura construída da atividade de distribuição de gás natural, que estava originalmente apresentada como ativo imobilizado da Companhia, é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores (mediante o faturamento da venda do gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com o contrato de concessão vigente, essa indenização será efetuada com base no saldo dos bens não depreciados ao término do prazo da concessão.

# Obrigações sociais e trabalhistas

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |
| Provisão de férias |  | 54 |  | 32 |
| INSS sobre férias |  | 14 |  | 9 |
| FGTS sobre férias |  | 5 |  | 3 |
| **Total** |  | **73** |  | **44** |

# Tributos a recolher

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **2024** |  | **2023** |
| INSS a recolher |  | 11 |  | 10 |
| PIS e COFINS a recolher |  | - |  | - |
| Imposto de Renda retido na fonte |  | 11 |  | 9 |
| ISS retido |  | - |  | 1 |
| Outros |  | 4 |  | 4 |
| **Total** |  | **26** |  | **24** |

# Passivo de arrendamento

A Companhia possui um contrato com prazo de cinco anos, iniciado em 1º de junho de 2021, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelo índice IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento, pois transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras.

O vencimento dos pagamentos do aluguel mínimo dos arrendamentos está descrito a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **2024** |  | **2023** |
| **Circulante** |  |  |  |
| Até um ano | 46 |  | 46 |
|   |  |  |  |
| **Não circulante** |  |  |  |
| Entre um e cinco anos | - |  | 46 |
|   |  |  |  |
| **Saldos em 31 de dezembro** | **46** |  | **92** |

A movimentação do passivo de arrendamento está assim representada:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **2024** |  | **2023** |
| **Saldos iniciais** | 92 |  | 136 |
|    |  |  |  |
| Adições  |  -  |  | - |
| Juros  | 7 |  | 9 |
| Pagamentos  | (53) |  | (53) |
|    |  |  |  |
| **Saldos em 31 de dezembro** | **46** |  | **92** |
|    |  |  |  |
| Passivo circulante  | 46 |  | 46 |
| Passivo não circulante  | - |  | 46 |

# Patrimônio líquido

1. **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social subscrito da Companhia é de R$ 12.000 (2023: R$ 8.890).

Em 05 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital no valor de R$ 3.110, passando a o capital social a ser de R$ 12.000, em moeda corrente nacional, a ser integralizado até 31 de dezembro de 2028. O registro contábil deste aumento foi realizado em 02 de janeiro de 2024, tendo em vista que foi nesta data em que ocorreu o efetivo deferimento do processo de registro da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, pela JUCEG – Junta Comercial do Estado de Goiás.

Em 2024, a Companhia integralizou R$ 932, sendo R$ 928 por meio de transferência bancária e R$ 4 por meio da capitalização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social integralizado da Companhia é de R$ 9.802, dividido em 9.802 ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R$ 1,00 cada, pertencentes aos acionistas Governo do Estado de Goiás, Termogás S.A., Companhia Sulamericana de Montagens S.A., Goiás Construção e Comércio Ltda., GAE Construções Ltda., Sobrado Construções Ltda. e GOIARTE - Goiás Artefatos de Cimentos Ltda.

Cada ação ordinária terá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

* Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado;
* Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
* Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
	+ Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à Rubrica “Capital Social”.
1. **Distribuição de dividendos**

O Estatuto Social prevê que, sobre o lucro apurado no fim de cada exercício social, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral de acionistas estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

# Despesas gerais e administrativas

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2024** |  | **2023** |
| Depreciação e amortização | (11) |  | (7) |
| Amortização do direito de uso | (47) |  | (46) |
| Prestação de serviços profissionais | (179) |  | (152) |
| Despesas com pessoal | (570) |  | (595) |
| Condomínio | (9) |  | (8) |
| Telefone e energia elétrica | (9) |  | (8) |
| Despesas com viagens | (11) |  | (10) |
| Outras | (72) |  | (57) |
| **Total** | **(908)** |  | **(883)** |

# Resultado financeiro

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2024** |  | **2023** |
| **Receitas financeiras** |  |  |  |
| Rendimentos sobre aplicação financeira | 30 |  | 73 |
| Atualização de créditos tributários | 2 |  | 1 |
| Reversão de integralização de capital | - |  | (56) |
|  | **32** |  | **18** |
|  |  |  |  |
| **Despesas financeiras** |  |  |  |
| Comissão e despesas bancárias | (2) |  | (2) |
| Juros sobre arrendamentos – AVP | (7) |  | (10) |
| Tributos sobre receita financeira | - |  | (4) |
|  | **(9)** |  | **(16)** |
|  |  |  |  |
| **Resultado financeiro líquido** | **23** |  | **2** |

# Royalties a pagar

De acordo com o Contrato de Concessão e legislação correlata, a Companhia é obrigada a pagar, ao Estado de Goiás, royalties equivalentes a 3% do lucro bruto mensal.

# Gestão de riscos financeiros

**Considerações gerais**

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Os principais fatores de riscos financeiros, e as estratégias a serem adotadas a cada circunstância, que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

**Gestão do risco da taxa de juros**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

**Gestão do risco de liquidez**

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

**Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

**Derivativos**

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

# Contingências

A Companhia não possui contingência cuja avaliação da expectativa de perda seja “provável” ou “possível”.  Assim, nenhuma provisão para contingências foi constituída ou divulgada.

# Seguros (não auditado)

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Finalidade do seguro** | **R$ - Importância segurada** |
| Incêndio | 400 |
| Danos elétricos | 30 |
| Despesas fixas | 40 |
| Responsabilidade civil – operações | 50 |
| Roubo de bens | 30 |

# Eventos subsequentes

Em 23 de janeiro de 2025, o Governo do Estado de Goiás publicou no diário oficial do Estado a Lei nº 23.242/25, que outorgou o prazo de concessão por 30 anos a partir da data desta Lei, sendo renovável por igual período, a concessão para explorar os serviços locais de gás canalizado em todo o Estado, com exclusividade, mediante contrato de concessão.